



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING INTERNET**

**10/01/2017 ATÉ 10/01/2017**

# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 INTERNET - OUTROS.....	1
	1.2 SITE TV GUARÁ.COM.....	2
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	3
	2.2 INTERNET - OUTROS.....	4
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG JHIVAGO SALES.....	5
4	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	4.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	6
5	JUÍZES	
	5.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	7
	5.2 BLOG LUÍS PABLO.....	8
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	9
	6.2 INTERNET - OUTROS.....	10 11
	6.3 SITE JORNAL PEQUENO.....	12
	6.4 SITE O MARANHENSE.....	13
	6.5 SITE TV GUARÁ.COM.....	14
7	VARA CÍVEL	
	7.1 SITE ASMOIMP COM DUDUZÃO.....	15

# Fórum de São José de Ribamar está sem energia

**10/01/2017 18:22:52**

Servidores do Fórum em São José de Ribamar, termo judiciário da Comarca da Ilha de São Luís, informaram que o prédio do fórum está sem energia elétrica desde as primeiras horas desta terça-feira, dia 10. O problema afetou também os telefones e a internet do prédio, deixando a unidade judicial sem condições de trabalho ou de atendimento junto ao público.

O juiz Marcelo Libério, diretor do fórum ribamarense, já informou ao Tribunal de Justiça e uma equipe foi até Ribamar para verificar a situação e dar uma resposta sobre quando as atividades estarão normalizadas. Foi repassado à diretoria do fórum que não há uma previsão de quando o problema será resolvido.

Portaria - Por causa desse problema, que perdura desde as 4 da manhã, o juiz Marcelo Libério editou uma portaria suspendendo nesta terça-feira os serviços no fórum, estando suspensos, também, os prazos processuais, informando a Corregedoria Geral da Justiça e o Tribunal de Justiça.

**Assessoria de Comunicação  
Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão**

# Tribunal de Justiça reuniu autoridades para avaliar a situação do Sistema Penitenciário do Maranhão

10/01/2017 18:39:44

**Desembargador Cleones Cunha falou sobre a reunião com a presidente do STF em Manaus e das ações que deverão ser tomadas, destacando-se os Mutirões Carcerários para diminuir a superlotação e evitar possíveis manifestações criminosas dentro das unidades prisionais.**

Retomando o expediente forense nesta segunda-feira (9) no Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu autoridades no Gabinete da Presidência com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

"Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%", relatou o presidente do TJMA, lembrando que a ministra Cármen Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de julgamento, de júris e de audiências de custódia. "Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso forense as audiências de custódia foram mantidas", completou.

Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). "Preocupa-me que a situação possa estourar em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção", comentou o desembargador.

**ALERTA** - De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária Murilo Andrade, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. "Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir", garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer. "O risco de acontecer alguma ação criminosa dentro do sistema é mínimo, mesmo assim estamos trabalhando para

suprimir qualquer intenção de detentos nesse sentido", reforçou Murilo Oliveira, lembrando que as circunstâncias prisionais existentes no Amazonas e Roraima, por exemplo, são bem diferentes das existentes atualmente no Maranhão.

**Assessoria de Comunicação do TJMA**

## Jomar Fernandes tem condenação mantida pelo TJ-MA

O ex-prefeito de Imperatriz, Jomar Fernandes, foi condenado à perda da função pública (caso detenha), à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos e ao pagamento de multa civil equivalente a dez vezes o salário que recebia no cargo de prefeito, no ano de 2001.

A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJMA, que manteve a condenação da Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, em ação civil pública por improbidade movida pelo Ministério Público Estadual (MP).

O MP ajuizou a ação alegando que no ano de 2001, na qualidade de prefeito, Jomar Fernandes teria celebrado convênio com o Ministério do Meio Ambiente no valor de R\$ 1,2 milhão para apoiar projeto de recuperação de área ambientalmente degradada. Um segundo convênio, no valor de R\$ 650 mil, teria por objeto a implantação do aterro para destinação de inertes e recuperação de outra área degradada.

Segundo o processo, a prefeitura não cumpriu adequadamente os convênios nem esclareceu as graves questões envolvendo a execução física, aplicando irregularmente vultosas verbas públicas e originando um aterro sanitário e um aterro de inertes inacabados, abandonados e sem utilização.

O ex-gestor apelou pedindo a reforma da condenação, afirmando que não haveria que se falar em dano ao patrimônio público e negando ter influenciado diretamente para o mau uso do dinheiro público, já que teria empreendido todos os esforços para a conclusão das obras.

Segundo o relator do processo, desembargador Vicente de Paula, o ex-prefeito não comprovou as alegações em sua defesa, restando configurada sua conduta ímproba, pois foi uma escolha firmar contrato com dispensa de licitação com a empresa que não efetuou a obra.

***“O convênio foi subscrito pelo apelante, teve em sua gestão a execução e a prestação de contas, figurando o mesmo como responsável pela liberação das verbas”***, argumentou o magistrado.

*Deu no O Estado, João Rodrigues*

# Briga por terra em Zé Doca mancha a imagem de magistrado

10/01/2017 08:22:41

O juiz de Direito, Clésio Cunha, e o deputado Josimar do Maranhãozinho travam uma briga nas redes e na imprensa por causa de um terreno que pertence ao município. O juiz afirma que comprou a área, mas como bom entendedor das leis, sabe que a venda sequer foi autorizada pela Câmara Municipal de Zé Doca. E mais: adquiriu uma área que vale mais de R\$ 100 mil por apenas R\$ 10 mil. Quem vendeu? Para onde foi parar o dinheiro?

A prefeita Josinha, ampara por decisão judicial que mandou embargar a obra que vinha sendo feita no local por familiares do juiz, mandou derrubar a construção. Como o terreno foi vendido de forma ilegal e ainda pertence ao município, ela tem plenos poderes para impedir a construção pirata. Ao juiz cabe apenas buscar o dinheiro de volta, se é que ele comprou na verdade.

Por causa da derrubada, começou uma grande discussão entre o juiz Clésio e o deputado Josimar. O magistrado chegou a comparar o parlamentar ao narcotraficante Pablo Escobar. Em resposta aos ataques do juiz, o deputado disse que ele "**macula a imagem da Justiça**" e está "**inconformado com a derrota sofrida na eleição no município, o que pode ter contrariado os interesses que tinha na antiga gestão.**"

**Abaixo a resposta do deputado Josimar de Maranhãozinho:**

# Josimar de Maranhãozinho responde aos ataques do juiz Clésio Cunha

09/01/2017 22:38:49

Deputado Josimar de Maranhãozinho e o juiz Clésio Cunha travam embate

O deputado estadual Josimar de Maranhãozinho (PR) e o juiz Clésio Coelho Cunha travam uma discussão por causa da venda de um terreno que fica entre uma biblioteca pública e a igreja matriz na praça do comércio, localizado no município de Zé Doca, onde a prefeita é Josinha Cunha, irmã do parlamentar.

A filha do magistrado, Leticia Coelho, comprou uma área que pertence ao poder público por R\$ 10 mil. Ocorre que o terreno, segundo avalista, vale R\$ 200 mil. A área foi vendida no final da gestão do então prefeito Alberto Carvalho, que deixou o cargo no dia 31 de dezembro.

Todo processo ocorreu depois do resultado das eleições. O ex-prefeito é aliado do juiz Clésio Cunha, que mandou seu irmão Renato Coelho retirar a candidatura de prefeito - ele estava em terceiro lugar nas pesquisas, para apoiar o projeto do candidato do PT, que também tinha o apoio de Alberto Carvalho, mas não conseguiu se eleger e perdeu a eleição para Josinha Cunha.

Por conta disso, a venda da área foi feita muito rápida. E a família do magistrado iniciou uma obra no terreno. Como não há registro de posse do terreno, a atual prefeita Josinha embargou o canteiro de obra.

Isso gerou uma grande discussão entre o juiz Clésio e o deputado Josimar. O magistrado chegou a comparar o parlamentar ao narcotraficante Pablo Escobar. Em resposta aos ataques do juiz, o deputado disse que ele **"macula a imagem da Justiça"** e está **"inconformado com a derrota sofrida na eleição no município, o que pode ter contrariado os interesses que tinha na antiga gestão."**

Essa confusão ainda vai dar o que falar. Anotem!

**Abaixo a resposta do deputado Josimar de Maranhãozinho:**

## **TJMA reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense**

O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais

Fonte: TJMA Data de publicação: 10/01/2017 Tags: Presídios

Retomando o expediente forense no Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), no Gabinete da Presidência com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

“Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%”, relatou o presidente do TJMA, lembrando que a ministra Cármen Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de julgamento, de júris e de audiências de custódia. “Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso forense as audiências de custódia foram mantidas”, completou.

## **Comarca de Augustinópolis abre seleção de assessor de juiz com salário de quase R\$6 mil**

A seleção consistirá de duas etapas: análise curricular e entrevista

Com jornada semanal de 40 horas, o cargo tem remuneração mensal de R\$ 5.969,07 mais benefícios. (Foto: Reprodução)

Iniciou nesta terça-feira (10) e segue até o dia 10 de fevereiro, na Comarca de Augustinópolis, o prazo de inscrição para seleção para o cargo de assessor de juiz. As inscrições são gratuitas e serão realizadas pessoalmente no Fórum, situado à Rua Antônio Mauro do Nascimento, s/n, Bairro Bela Vista, telefone: (63) 3456-1271 ou por via eletrônica dirigida à Secretaria do Juízo da Comarca, por meio do e-mail: [dfauginopolis@tjto.jus.br](mailto:dfauginopolis@tjto.jus.br), mediante entrega de currículo e documentos.

Com jornada semanal de 40 horas, o cargo tem remuneração mensal de R\$ 5.969,07 mais benefícios. O cargo tem como função realizar atividades inerentes à graduação de Bacharel em Direito, entre elas: recebimento e análise de petições e processos; verificação e controle de prazos; pesquisa de jurisprudência e legislação; preparação, conferência e publicação de pautas e atas de audiência e emissão de informações em procedimentos judiciais e administrativos.

Além de compilação de dados, elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, classificação, cálculo, indexação, bem como outras tarefas de mesma natureza e grau de complexidade, inserção, revisão e atualização de dados nos sistemas eletrônicos de comunicação, tais como Eproc, SEI, etc.

A seleção consistirá de duas etapas: análise curricular e entrevista. Com a publicação do resultado final, o candidato aprovado e convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar-se na Secretaria Judicial e retirar lista de documentos indispensáveis a sua nomeação.

Leia mais em

[http://www.correiopopularitz.com.br/materia/4314/comarca\\_de\\_augustinopolis\\_abre\\_selecao\\_de\\_assessor\\_de\\_juiz\\_com\\_salario\\_de\\_quase\\_r%246\\_mil#ZuchRGU4MXImTOFu.99](http://www.correiopopularitz.com.br/materia/4314/comarca_de_augustinopolis_abre_selecao_de_assessor_de_juiz_com_salario_de_quase_r%246_mil#ZuchRGU4MXImTOFu.99)

## **TJ-MA se reúne para avaliar situação do sistema prisional maranhense**

O Tribunal de Justiça do Maranhão reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), com o objetivo de debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

“Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%”, relatou o presidente do TJ-MA, desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). “Me preocupa que a situação possa estourar em nosso estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção”, comentou o desembargador.

De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. “Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir”, garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer. “O risco de acontecer alguma ação criminosa dentro do sistema é mínimo, mesmo assim estamos trabalhando para suprimir qualquer intenção de detentos nesse sentido”, reforçou Murilo Oliveira, lembrando que as circunstâncias prisionais existentes no Amazonas e Roraima, por exemplo, são bem diferentes das existentes atualmente no Maranhão.

As autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo se consiga equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de acordo com a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar.

Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, solicitou ao desembargador Cleones Cunha apoio junto ao governo federal e demais autoridades na defesa para que os presídios de segurança máxima que forem construídos pela União sejam geridos pelo Estado e que, seja construído pelo menos um em cada Estado.

“Temos um problema sério com presos que são transferidos para presídios federais: entram em contato com outros presos de organizações criminosas e trazem tudo isso para nossos presídios quando retornam”, destacou, sendo apoiado por todas as autoridades presentes.

## **TJMA reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense**

O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais

Fonte: TJMA Data de publicação: 10/01/2017 Tags: Presídios

Retomando o expediente forense no Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), no Gabinete da Presidência com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

“Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%”, relatou o presidente do TJMA, lembrando que a ministra Cármen Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de julgamento, de júris e de audiências de custódia. “Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso forense as audiências de custódia foram mantidas”, completou.

O Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) realizou 1.256 exames de DNA em 2016. Os testes são requisitados por juízes da capital e do ? Cidades ? 10/01/2017 Mais de 1.200 exames de DNA foram realizados pelo Laboratório do Fórum O Imparcial <https://oimparcial.com.br/noticias/2017/01/maisde1200examesdednaforamrealizadospelolaboratoriodoforum/3/15> interior do estado, para fins processuais ou para fins pré?processuais por meio do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc). A grande maioria dos testes é solicitada nos processos de investigação de paternidade. O exame é gratuito e feito a partir da coleta da mucosa bucal. Desde 2013, a unidade laboratorial é referenciada com a certificação ISO 9001, selo aplicado mundialmente, que atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames feitos pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar?se às normas internacionais de gestão da qualidade. A chefe do laboratório, Clarissa Macatrão, explica que o exame de DNA pode ser requisitado nos processos de investigação de paternidade, por magistrados das varas da família ou por um juiz criminal para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e incesto, seguido de gravidez. Em relação à Vara da Infância e Juventude, o exame é indicado, por exemplo, em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez.

# TJ-MA mantém condenação de ex-prefeito de Imperatriz

08/01/2017 23:00:00

SÃO LUÍS - O ex-prefeito de Imperatriz, Jomar Fernandes, foi condenado à perda da função pública (caso detenha), à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos e ao pagamento de multa civil equivalente a dez vezes o salário que recebia no cargo de prefeito, no ano de 2001.

A decisão é da 2ª Câmara Cível do TJMA, que manteve a condenação da Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, em ação civil pública por improbidade movida pelo Ministério Público Estadual (MP).

O MP ajuizou a ação alegando que no ano de 2001, na qualidade de prefeito, Jomar Fernandes teria celebrado convênio com o Ministério do Meio Ambiente no valor de R\$ 1,2 milhão para apoiar projeto de recuperação de área ambientalmente degradada. Um segundo convênio, no valor de R\$ 650 mil, teria por objeto a implantação do aterro para destinação de inertes e recuperação de outra área degradada.

Segundo o processo, a prefeitura não cumpriu adequadamente os convênios nem esclareceu as graves questões envolvendo a execução física, aplicando irregularmente vultosas verbas públicas e originando um aterro sanitário e um aterro de inertes inacabados, abandonados e sem utilização.

O ex-gestor apelou pedindo a reforma da condenação, afirmando que não haveria que se falar em dano ao patrimônio público e negando ter influenciado diretamente para o mau uso do dinheiro público, já que teria empreendido todos os esforços para a conclusão das obras.

Segundo o relator do processo, desembargador Vicente de Paula, o ex-prefeito não comprovou as alegações em sua defesa, restando configurada sua conduta ímproba, pois foi uma escolha firmar contrato com dispensa de licitação com a empresa que não efetuou a obra.

"O convênio foi subscrito pelo apelante, teve em sua gestão a execução e a prestação de contas, figurando o mesmo como responsável pela liberação das verbas", argumentou o magistrado. (Divulgação/ TJ-MA)

Fonte : o estado,

**João Rodrigues .**

## **TJMA reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense**

O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais

Fonte: TJMA

Data de publicação: 10/01/2017

Retomando o expediente forense no Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), no Gabinete da Presidência com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

“Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%”, relatou o presidente do TJMA, lembrando que a ministra Cármen Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de julgamento, de júris e de audiências de custódia. “Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso forense as audiências de custódia foram mantidas”, completou.

O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais

Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). “Me preocupa que a situação possa estourar em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção”, comentou o desembargador.

ALERTA - De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. “Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir”, garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer. “O risco de acontecer alguma ação criminosa dentro do sistema é mínimo, mesmo assim estamos trabalhando para suprimir qualquer intenção de detentos nesse sentido”, reforçou Murilo Oliveira, lembrando que as circunstâncias prisionais existentes no Amazonas e Roraima, por exemplo, são bem diferentes das existentes atualmente no Maranhão.

ENCARCERAMENTO - Cientes de que a situação do sistema carcerário do Maranhão está melhor, mas longe de ser a ideal, as autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo consiga-se equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de acordo com

a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar.

Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, solicitou ao desembargador Cleones Cunha apoio junto ao governo federal e demais autoridades na defesa para que os presídios de segurança máxima que forem construídos pela União sejam geridos pelo Estado e que, seja construído pelo menos um em cada Estado. “Temos um problema sério com presos que são transferidos para presídios federais: entram em contato com outros presos de organizações criminosas e trazem tudo isso para nossos presídios quando retornam”, destacou, sendo apoiado por todas as autoridades presentes.

**PREVENÇÃO** - Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, ações do Judiciário previstas para 2017 são cruciais para realidade no sistema prisional, atacando diretamente a questão dos presos provisórios - que hoje representam 41,44% dos presos no estado. A realização de audiências de custódia em 100% do Judiciário maranhense é uma delas. “Já ficou provado que a audiência de custódia funciona, diminui o encarceramento e, também, a reincidência criminal. É importante que esse mecanismo funcione em sua totalidade”, comentou o desembargador.

Outra medida importante são os mutirões em processos de presos provisórios com mais de 100 dias, projeto que tem a parceria da Corregedoria Geral da Justiça e ocorre em comarcas do interior. “Estamos sempre em contato com os juízes e solicitamos o levantamento e acompanhamento de processos de réus presos, para que as audiências sejam realizadas, os júris e julgamentos de forma mais célere”, completou a corregedora-geral Anildes Cruz. Apesar dos esforços, segundo os desembargadores e a juíza da 1ª Vara de Execuções Penais, Ana Maria Vieira, a cada 100 processos, julgados, por exemplo, novos 120, 150 ingressam, avolumando cada vez mais o acervo.

**INTEGRAÇÃO** - As melhorias do sistema prisional também foram destacadas pelo Ministério Público do Maranhão. Para o procurador-geral Luiz Gonzaga, apesar de ter muito a melhorar, o sistema apresenta avanços importantes, inclusive cumprindo sugestões e determinações de ações judiciais propostas pelo MP e já transitadas em julgado.

Para a promotora Jerusa Capistrano, do Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas (GAECO), a iniciativa de compartilhar informações e ações planejadas de forma transparente é louvável e importante para a atuação de todas as instituições. “Tratas das questões às claras é louvável e precisamos compartilhar inteligência para atuarmos de forma efetiva”, pontuou.

Durante a reunião outros temas acerca do sistema prisional e de segurança pública também foram levantados. Da reunião, também participaram o juiz auxiliar da CGJ-MA, José Américo Costa, os promotores Marco Aurélio Rodrigues, do GAECO, e Pedro Lino Curvelo, da 1ª Promotoria de Execuções Penais, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e o coronel da Polícia Militar Eduardo Simplício, representando o Comando Geral.

# TJMA reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense

10/01/2017 07:30:26

Retomando o expediente forense no Tribunal de Justiça do Maranhão, o presidente da Corte, desembargador Cleones Carvalho Cunha, reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), no Gabinete da Presidência com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, e debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

"Na reunião com a ministra em Manaus, tive a oportunidade de apresentar dados sobre o sistema local, com o relatório da Unidade de Monitoramento Carcerário e afirmei a ela que a nossa situação não é a ideal, evidentemente, mas que melhoramos muito nos últimos dois anos, reduzindo, inclusive, a taxa de mortalidade no sistema prisional em 85%", relatou o presidente do TJMA, lembrando que a ministra Cármen Lúcia determinou a tomada de ações para diminuição do número de presos provisórios, como mutirões de julgamento, de júris e de audiências de custódia. "Vale lembrar, e isso eu disse a ela, que aqui no Maranhão mesmo com o recesso forense as audiências de custódia foram mantidas", completou.

Para o desembargador Cleones Cunha, no entanto, é importante que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). "Me preocupa que a situação possa estourar em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção", comentou o desembargador.

ALERTA - De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. "Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir", garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer. "O risco de acontecer alguma ação criminosa dentro do sistema é mínimo, mesmo assim estamos trabalhando para suprimir qualquer intenção de detentos nesse sentido", reforçou Murilo Oliveira, lembrando que as circunstâncias prisionais existentes no Amazonas e Roraima, por exemplo, são bem diferentes das existentes atualmente no Maranhão.

ENCARCERAMENTO - Cientes de que a situação do sistema carcerário do Maranhão está melhor, mas longe de ser a ideal, as autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo consiga-se equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de acordo com

a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar.

Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, solicitou ao desembargador Cleones Cunha apoio junto ao governo federal e demais autoridades na defesa para que os presídios de segurança máxima que forem construídos pela União sejam geridos pelo Estado e que, seja construído pelo menos um em cada Estado. "Temos um problema sério com presos que são transferidos para presídios federais: entram em contato com outros presos de organizações criminosas e trazem tudo isso para nossos presídios quando retornam", destacou, sendo apoiado por todas as autoridades presentes.

**PREVENÇÃO** - Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, ações do Judiciário previstas para 2017 são cruciais para realidade no sistema prisional, atacando diretamente a questão dos presos provisórios - que hoje representam 41,44% dos presos no estado. A realização de audiências de custódia em 100% do Judiciário maranhense é uma delas. "Já ficou provado que a audiência de custódia funciona, diminui o encarceramento e, também, a reincidência criminal. É importante que esse mecanismo funcione em sua totalidade", comentou o desembargador.

Outra medida importante são os mutirões em processos de presos provisórios com mais de 100 dias, projeto que tem a parceria da Corregedoria Geral da Justiça e ocorre em comarcas do interior. "Estamos sempre em contato com os juízes e solicitamos o levantamento e acompanhamento de processos de réus presos, para que as audiências sejam realizadas, os júris e julgamentos de forma mais célere", completou a corregedora-geral Anildes Cruz. Apesar dos esforços, segundo os desembargadores e a juíza da 1ª Vara de Execuções Penais, Ana Maria Vieira, a cada 100 processos, julgados, por exemplo, novos 120, 150 ingressam, avolumando cada vez mais o acervo.

**INTEGRAÇÃO** - As melhorias do sistema prisional também foram destacadas pelo Ministério Público do Maranhão. Para o procurador-geral Luiz Gonzaga, apesar de ter muito a melhorar, o sistema apresenta avanços importantes, inclusive cumprindo sugestões e determinações de ações judiciais propostas pelo MP e já transitadas em julgado.

Para a promotora Jerusa Capistrano, do Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas (GAECO), a iniciativa de compartilhar informações e ações planejadas de forma transparente é louvável e importante para a atuação de todas as instituições. "Tratas das questões às claras é louvável e precisamos compartilhar inteligência para atuarmos de forma efetiva", pontuou.

Durante a reunião outros temas acerca do sistema prisional e de segurança pública também foram levantados. Da reunião, também participaram o juiz auxiliar da CGJ-MA, José Américo Costa, os promotores Marco Aurélio Rodrigues, do GAECO, e Pedro Lino Curvelo, da 1ª Promotoria de Execuções Penais, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e o coronel da Polícia Militar Eduardo Simplício, representando o Comando Geral.

## **TJMA reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense** **Redação, com informações de Assessoria**

O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais.

### Divulgação

O Tribunal de Justiça do Maranhão, reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, além de debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

Na reunião o desembargador e presidente do TJMA, Cleones Cunha, frisou a importância que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). "Me preocupa que a situação possa estourar em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção", comentou o desembargador.

Alerta - De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. "Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir", garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer.

Encarceramento - Cientes de que a situação do sistema carcerário do Maranhão está melhor, mas longe de ser a ideal, as autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo consiga-se equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de acordo com a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar.

Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, solicitou ao desembargador Cleones Cunha apoio junto ao governo federal e demais autoridades na defesa para que os presídios de segurança máxima que forem construídos pela União sejam geridos pelo Estado e que, seja construído pelo menos um em cada Estado.

Prevenção - Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, ações do Judiciário previstas para

2017 são cruciais para realidade no sistema prisional, atacando diretamente a questão dos presos provisórios - que hoje representam 41,44% dos presos no estado. A realização de audiências de custódia em 100% do Judiciário maranhense é uma delas. "Já ficou provado que a audiência de custódia funciona, diminui o encarceramento e, também, a reincidência criminal. É importante que esse mecanismo funcione em sua totalidade", comentou o desembargador.

Outra medida importante são os mutirões em processos de presos provisórios com mais de 100 dias, projeto que tem a parceria da Corregedoria Geral da Justiça e ocorre em comarcas do interior. "Estamos sempre em contato com os juízes e solicitamos o levantamento e acompanhamento de processos de réus presos, para que as audiências sejam realizadas, os júris e julgamentos de forma mais célere", completou a corregedora-geral Anildes Cruz. Apesar dos esforços, segundo os desembargadores e a juíza da 1ª Vara de Execuções Penais, Ana Maria Vieira, a cada 100 processos, julgados, por exemplo, novos 120, 150 ingressam, aumentando cada vez mais o acervo.

Durante a reunião outros temas acerca do sistema prisional e de segurança pública também foram levantados. Da reunião, também participaram o juiz auxiliar da CGJ-MA, José Américo Costa, os promotores Marco Aurélio Rodrigues, do GAECO, e Pedro Lino Curvelo, da 1ª Promotoria de Execuções Penais, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e o coronel da Polícia Militar Eduardo Simplício, representando o Comando Geral.

## **TJMA reúne autoridades para avaliar situação do sistema prisional maranhense**

| Redação, com informações de Assessoria

O objetivo foi debater e evitar possível ação criminosa dentro das unidades estaduais.

O Tribunal de Justiça do Maranhão, reuniu autoridades no início da tarde desta segunda-feira (9), com o objetivo de compartilhar informações sobre a reunião com a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, ocorrida no dia 5 de janeiro, além de debater as ações que estão sendo feitas no sistema prisional do Maranhão.

Na reunião o desembargador e presidente do TJMA, Cleones Cunha, frisou a importância que o Estado e demais instituições estejam alinhadas e atentas para qualquer eventualidade diante da situação ocorrida em Manaus (AM) e em Boa Vista (RR). "Me preocupa que a situação possa estourar em nosso Estado. Estamos todos em alerta e precisamos saber o que temos de prevenção", comentou o desembargador.

Alerta - De acordo com o secretário de Estado de Administração Penitenciária, Murilo Oliveira, estão sendo tomadas ações preventivas para qualquer eventualidade que venha a ocorrer no sistema prisional maranhense. "Estamos sempre em alerta e para prevenção diante dos acontecimentos, redobramos o trabalho em unidades mais problemáticas, de forma a impedir qualquer tentativa de ação e, mesmo que tentem, que não consigam prosseguir", garantiu.

Ações como intensificação de revistas, reforço no efetivo de agentes e circulação dos mesmos entre os detentos em determinadas unidades foram determinadas nos primeiros dias de 2017 e continuam a ocorrer.

Encarceramento - Cientes de que a situação do sistema carcerário do Maranhão está melhor, mas longe de ser a ideal, as autoridades debateram a necessidade de, efetivamente, criar mecanismos que ao longo do tempo consiga-se equacionar o índice de encarceramento com a oferta de vaga no sistema. Atualmente, de acordo com a Unidade de Monitoramento Carcerário essa taxa é de 174,99 (para cada 100 mil habitantes), número que tende a aumentar.

Segundo a SEJAP, entretanto, está prevista a construção de três novos presídios regionais em 2017, com a oferta total de aproximadamente mil vagas. O objetivo é ter em 2018 cinco mil vagas a mais no sistema prisional.

Sobre presídios, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Jefferson Portela, solicitou ao desembargador Cleones Cunha apoio junto ao governo federal e demais autoridades na defesa para que os presídios de segurança máxima que forem construídos pela União sejam geridos pelo Estado e que, seja construído pelo menos um em cada Estado.

Prevenção - Para o desembargador Froz Sobrinho, coordenador da UMF, ações do Judiciário previstas para 2017 são cruciais para realidade no sistema prisional, atacando diretamente a questão dos presos provisórios - que hoje representam 41,44% dos presos no estado. A realização de audiências de custódia em 100% do Judiciário maranhense é uma delas. "Já ficou provado que a audiência de custódia funciona, diminui o

encarceramento e, também, a reincidência criminal. É importante que esse mecanismo funcione em sua totalidade", comentou o desembargador.

Outra medida importante são os mutirões em processos de presos provisórios com mais de 100 dias, projeto que tem a parceria da Corregedoria Geral da Justiça e ocorre em comarcas do interior. "Estamos sempre em contato com os juízes e solicitamos o levantamento e acompanhamento de processos de réus presos, para que as audiências sejam realizadas, os júris e julgamentos de forma mais célere", completou a corregedora-geral Anildes Cruz. Apesar dos esforços, segundo os desembargadores e a juíza da 1ª Vara de Execuções Penais, Ana Maria Vieira, a cada 100 processos, julgados, por exemplo, novos 120, 150 ingressam, aumentando cada vez mais o acervo.

Durante a reunião outros temas acerca do sistema prisional e de segurança pública também foram levantados. Da reunião, também participaram o juiz auxiliar da CGJ-MA, José Américo Costa, os promotores Marco Aurélio Rodrigues, do GAECO, e Pedro Lino Curvelo, da 1ª Promotoria de Execuções Penais, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e o coronel da Polícia Militar Eduardo Simplício, representando o Comando Geral.